

## **POSSÍVEIS FATORES QUE AFETAM A ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE DADOS EM PAINEL NO PERÍODO DE 2013 ATÉ 2021.**

### **POSSIBLE FACTORS AFFECTING THE FISCAL ADMINISTRATION OF MUNICIPALITIES IN RIO GRANDE DO NORTE: A PANEL DATA STUDY FROM 2013 TO 2021.**

**Autor 1: Maria Telice Saldanha**

Filiação: Mestre em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [mtelice@gmail.com](mailto:mtelice@gmail.com)

**Autor 2: Rodolfo Herald da Costa Campos**

Filiação: Doutor em Economia, CAEN/UFC. Professor do curso de Ciências Econômicas na  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

E-mail: [rodolfohcc@yahoo.com.br](mailto:rodolfohcc@yahoo.com.br)

**Autor 3: Lilian Silva de Medeiros**

Filiação: Mestranda em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [lilian20251001732@alu.uern.br](mailto:lilian20251001732@alu.uern.br)

#### **Grupo de Trabalho (GT): GT 02, Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional**

##### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo identificar os principais determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares no período de 2013 a 2021. Para isso, foi utilizado o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) como variável dependente em um modelo de regressão com dados em painel, considerando como variáveis explicativas a população residente, o PIB per capita, a razão entre despesas pagas e empenhadas e a ocorrência de ano eleitoral. Os resultados indicam que a população municipal e a eficiência na execução orçamentária estão positivamente associadas ao desempenho fiscal. A variável ano eleitoral apresentou significância marginal, enquanto o PIB per capita não se mostrou estatisticamente relevante. Os achados reforçam a importância da capacidade administrativa e da disciplina fiscal na gestão pública municipal.

**Palavras-chave:** Gestão fiscal; Eficiência orçamentária; Dados em Painel.

##### **Abstract**

This article aims to identify the main determinants of fiscal management in municipalities of Rio Grande do Norte from 2013 to 2021. The study uses the Firjan Fiscal Management Index (IFGF) as the dependent variable in a panel data regression model. The explanatory variables include resident population, per capita GDP, the ratio of paid to committed expenditures, and election year. Results indicate that population size and budget execution efficiency are positively associated with better fiscal performance. The election year variable showed marginal significance, while per capita GDP was not statistically significant. The findings highlight the role of administrative capacity and fiscal discipline in improving local government performance.

**Key words:** Fiscal management; Budget efficiency; Panel data.

## **1. Introdução**

A eficiência na gestão pública é um princípio fundamental da administração brasileira, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Esse dispositivo legal exige que a administração pública, em suas esferas direta e indireta, observe os princípios de legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Entre esses princípios, a eficiência destaca-se pela busca de resultados satisfatórios na prestação de serviços públicos, com o objetivo de atender ao bem comum e promover a otimização dos recursos disponíveis (BRASIL, 1988, art. 37). Assim, a aplicação eficiente dos recursos é essencial para garantir o alcance dos objetivos propostos pelos entes governamentais e para reduzir desperdícios na execução das políticas públicas.

A busca pela eficiência, princípio basilar da administração pública, ganha ainda mais relevância no contexto da gestão fiscal municipal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nesse sentido, surge como um importante instrumento para garantir o equilíbrio orçamentário e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Essa lei estabelece diretrizes para limitar despesas públicas, definir metas fiscais e incentivar a transparência nas ações governamentais. Dessa forma, o cumprimento dessas normas busca fortalecer a credibilidade da gestão pública e assegurar o atendimento das necessidades sociais de forma sustentável (BRASIL, 2000). No entanto, a efetiva aplicação dos preceitos da LRF e a busca pela eficiência fiscal dependem de ferramentas de mensuração e avaliação, como o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Ferramentas de mensuração, como o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), têm se mostrado relevantes na avaliação da eficiência fiscal dos municípios brasileiros. O IFGF, ao compilar indicadores como autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos, permite uma análise detalhada das práticas de gestão dos entes municipais. Essa ferramenta possibilita a identificação de boas práticas administrativas, ao mesmo tempo em que evidencia falhas no planejamento e na execução orçamentária que comprometem a qualidade dos serviços públicos. Dessa forma, o uso do IFGF contribui para aprimorar a gestão fiscal, promovendo maior eficiência na alocação de recursos e, conseqüentemente, melhorias nos serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura (FIRJAN, 2023).

O Rio Grande do Norte, apesar de avanços em algumas áreas, ainda apresenta significativas desigualdades regionais. Segundo dados do IBGE (2021), o IDH dos municípios do interior contrasta fortemente com o da capital, refletindo disparidades no acesso a serviços básicos como saúde e educação. Essa heterogeneidade impacta diretamente a capacidade dos municípios de gerir seus recursos de forma eficiente, especialmente no âmbito fiscal. Estudos como o de Costa (2020) e Teodósio (2024) já apontam para desafios específicos na gestão fiscal dos municípios potiguares, relacionados à dependência de transferências e à necessidade de aprimorar a arrecadação própria.

Em sua pesquisa sobre a eficiência da gestão fiscal em municípios de Minas Gerais, Ferreira et al. (2023) destacam a importância de ferramentas de avaliação, como o IFGF, para

diagnosticar a eficiência nas finanças públicas e seu impacto direto nos serviços prestados à população. Segundo os autores, a análise da gestão fiscal deve ir além dos números e contemplar aspectos qualitativos que revelem como os recursos estão sendo utilizados para atender às necessidades da população. Da mesma forma, o estudo de Karruz e Moraes (2020) sobre a gestão fiscal nos municípios mineiros reforça que a eficiência na administração pública não depende apenas da execução financeira, mas também do planejamento estratégico que envolve as prioridades locais e o equilíbrio entre as diferentes áreas de gestão.

No contexto do Rio Grande do Sul, Junges e Carlin (2018) investigaram a eficiência fiscal dos municípios com mais de 50 mil habitantes, utilizando a Análise Envoltória de Dados (DEA) para avaliar o desempenho dos municípios em termos de gestão orçamentária e financeira. Os resultados mostraram que, além de fatores econômicos e financeiros, a gestão administrativa eficiente depende também da capacitação técnica dos gestores públicos, da implementação de processos de transparência e da adequação das práticas de governança. Esses estudos exemplificam como a análise da eficiência fiscal pode ser aplicada para revelar boas práticas de gestão pública, que podem ser adaptadas a diferentes realidades municipais.

Diante desse cenário, e considerando os desafios específicos do Rio Grande do Norte, este estudo tem como objetivo geral verificar os determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares entre 2013 e 2021. Para isso, utilizou-se um modelo de regresso para dados em painel, onde a variável dependente é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Como variáveis para explicar a gestão fiscal, utilizou-se a população, o PIB per capita, a razão entre as despesas pagas e as despesas empenhadas e uma variável binária para identificar o ano eleitoral. Os resultados mostram que a população do município, a razão entre as despesas pagas e empenhadas e o ano eleitoral são importantes para explicar a gestão fiscal dos municípios potiguares neste período.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA**

A eficiência é um dos pilares fundamentais da administração pública moderna, representando a busca por melhores resultados na aplicação de recursos limitados. De acordo com Pires e Macedo (2020), o princípio da eficiência não se restringe à otimização financeira, mas abrange a transparência, a capacidade de entrega de serviços e a redução do desperdício de recursos. Para os autores, uma gestão eficiente é aquela que consegue alinhar planejamento estratégico e resultados concretos, proporcionando maior valor público à sociedade.

Além disso, a eficiência na gestão pública é fortemente influenciada pela governança

administrativa. Segundo Matias-Pereira (2012), a governança é essencial para fortalecer a capacidade de gestão das instituições públicas, uma vez que promove maior controle e fiscalização sobre os recursos aplicados. O autor argumenta que, sem mecanismos de governança robustos, os gestores enfrentam dificuldades em alcançar eficiência, especialmente em contextos de restrições orçamentárias e crescentes demandas sociais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também desempenha um papel central na busca pela eficiência. De acordo com Almeida e Silva (2015), a LRF trouxe avanços significativos ao estabelecer normas para o equilíbrio fiscal e a responsabilidade dos gestores públicos na administração das finanças públicas. No entanto, os autores destacam que, embora a LRF tenha introduzido importantes ferramentas de controle, sua eficácia depende da qualidade técnica dos gestores e da capacidade administrativa dos municípios.

No campo das análises teóricas, a eficiência na gestão pública tem sido explorada sob diferentes perspectivas. Para Di Pietro (2019), a eficiência deve ser entendida como um conceito dinâmico, que se adapta às mudanças no ambiente socioeconômico e às novas demandas da sociedade. Nesse sentido, a aplicação de tecnologias digitais e o fortalecimento da transparência pública são considerados elementos essenciais para aprimorar a eficiência, pois permitem maior controle social e reduzem a incidência de práticas ineficazes.

Por fim, um aspecto frequentemente abordado na literatura é a relação entre eficiência e inovação na administração pública. Segundo Costa e Lima (2021), a introdução de inovações gerenciais, como ferramentas de planejamento integrado e sistemas de avaliação de desempenho, pode contribuir significativamente para a melhoria da eficiência. Os autores ressaltam que, para que essas inovações sejam eficazes, é necessário investir na capacitação contínua dos servidores públicos e no fortalecimento da cultura organizacional em torno do princípio da eficiência.

## 2.2. DESIGUALDADES REGIONAIS E GESTÃO FISCAL

As desigualdades regionais são um dos principais desafios para a gestão fiscal no Brasil, impactando diretamente a eficiência dos municípios na alocação de recursos e na entrega de serviços públicos. Segundo Lanis e Bueno (2020), regiões com menor capacidade de arrecadação própria enfrentam maiores dificuldades para alcançar o equilíbrio fiscal e investir em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. Essa disparidade é mais evidente em estados do Norte e Nordeste, onde muitos municípios dependem fortemente de transferências intergovernamentais para financiar suas despesas básicas.

No contexto do Rio Grande do Norte, as diferenças na capacidade administrativa e financeira dos municípios exemplificam como as desigualdades regionais afetam a eficiência fiscal. Estudos realizados por Luz (2024) destacam que municípios menores, com populações abaixo de 10 mil habitantes, tendem a enfrentar maior dependência de recursos externos, o que limita sua autonomia financeira e aumenta os desafios para cumprir as metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, municípios com economias mais diversificadas apresentam maior flexibilidade para investir em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

A literatura aponta que a falta de investimentos em capacitação técnica e ferramentas de governança também contribui para a perpetuação dessas desigualdades. Como observado por Junges e Carlin (2018), a baixa qualificação dos gestores em regiões menos desenvolvidas dificulta a implementação de práticas administrativas modernas e a adaptação a exigências legais, como a prestação de contas e a transparência. Esse cenário resulta em uma gestão fiscal menos eficiente, ampliando ainda mais as disparidades entre municípios de diferentes regiões.

Além disso, Ferreira et al. (2023) ressaltam que os municípios com maior dependência de transferências intergovernamentais apresentam menor capacidade de gerar receitas próprias e, conseqüentemente, menor flexibilidade para planejar e executar seus orçamentos. Esse ciclo de dependência perpetua a desigualdade regional, pois os recursos repassados pelos governos estaduais e federal nem sempre são suficientes para atender às demandas crescentes da população.

Nesse sentido, compreender as desigualdades regionais no Brasil é fundamental para propor soluções que aumentem a eficiência fiscal em municípios mais vulneráveis. Como sugere Luz (2024), medidas como a capacitação técnica de gestores, a criação de incentivos para a geração de receitas próprias e o uso de ferramentas de avaliação, como o IFGF e a DEA, podem ajudar a mitigar os impactos das desigualdades e promover uma gestão fiscal mais equilibrada em diferentes contextos regionais.

### 2.3. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) é uma ferramenta de avaliação que analisa a qualidade da gestão fiscal nos municípios brasileiros. Criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o índice utiliza dados públicos disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e avalia os municípios com base em quatro indicadores principais: autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos. Cada um desses

indicadores reflete aspectos cruciais para a saúde financeira dos municípios, permitindo identificar boas práticas e apontar fragilidades na gestão fiscal (FIRJAN, 2023).

A autonomia mede a capacidade de os municípios sustentarem suas despesas com receitas próprias, sem depender excessivamente de transferências intergovernamentais. Já os gastos com pessoal avaliam se a despesa com a folha de pagamento está dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O indicador de liquidez analisa a relação entre receitas e despesas, identificando situações de comprometimento financeiro, enquanto o de investimentos mede a aplicação de recursos em áreas que promovam o desenvolvimento econômico e social. A combinação desses indicadores resulta em um índice de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam maior eficiência na gestão fiscal.

O IFGF é amplamente utilizado em estudos acadêmicos e relatórios técnicos como uma base para analisar a eficiência fiscal. Ferreira et al. (2023) utilizaram o índice em sua pesquisa sobre municípios de Minas Gerais, demonstrando que ele é eficaz para correlacionar práticas de gestão fiscal com o impacto direto nos serviços prestados à população. Da mesma forma, Luz (2024) aplicou o IFGF em conjunto com outros indicadores, como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), para avaliar os níveis de eficiência fiscal no Rio Grande do Sul, destacando disparidades entre municípios de pequeno e grande porte. Esses estudos reforçam a importância do IFGF como uma ferramenta robusta para diagnosticar a saúde financeira e orientar melhorias na administração pública.

Além de servir como um termômetro da gestão fiscal, o IFGF tem um papel estratégico na formulação de políticas públicas. Ele permite que gestores identifiquem áreas prioritárias para intervenção, promovendo maior eficiência no uso dos recursos disponíveis. Em um contexto de restrições orçamentárias crescentes, como o enfrentado por muitos municípios brasileiros, o uso do IFGF contribui para aumentar a transparência, fortalecer a credibilidade da administração pública e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população.

### **3. METODOLOGIA ECONOMETRICA E BASE DE DADOS**

#### **3.1. METODOLOGIA ECONOMETRICA**

Para identificar os determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares no período de 2013 a 2021, optou-se pela aplicação de um modelo de regressão para dados em painel. Esse tipo de modelo permite explorar tanto as variações temporais quanto as diferenças entre as unidades de corte transversal (municípios), proporcionando maior robustez às estimativas. A forma funcional do modelo pode ser expressa da seguinte forma:

$$IFGF_{it} = \beta_0 + \beta_1 POP_{it} + \beta_2 PIBPC_{it} + \beta_3 DESP_{it} + \beta_4 ELEICAO_{it} + \varepsilon_{it}$$

A variável dependente do modelo é o Índice Firjan de Gestão Fiscal dos municípios,  $IFGF_{it}$ , uma proxy para gestão fiscal dos entes públicos. As variáveis independentes são  $POP_{it}$ , que representa a população residente de cada município  $i$  no instante  $t$ ;  $PIBPC_{it}$  que é o PIB per capita de cada município  $i$  no instante  $t$ ,  $DESP_{it}$  que representa a razão entre a Despesa Paga e a Despesa Empenhada. Por fim, inseriu a variável binária  $ELEICAO_{it}$ , que recebe o valor 1 se o ano  $t$  é ano eleitoral e 0, caso contrário.

Ademais, são ainda realizados alguns testes para a correta especificação do modelo. O teste de especificação de Hausman é utilizado para a escolha da hipótese sobre o modelo em painel a ser utilizado, se é com efeitos fixos ou aleatórios. Testes de Heterocedasticidade e Autocorrelação serão conduzidos para verificar se há quebra das hipóteses básicas relacionadas a testes potenciais problemas que envolvem a estimação de modelos para dados em painel. Na presença de tais problemas, serão utilizados erros-padrão robustos na estimação do modelo.

A decisão de incluir a variável binária para ano eleitoral visa capturar possíveis efeitos cíclicos associados ao comportamento fiscal em períodos eleitorais. A literatura sobre ciclos políticos orçamentários sugere que gestores públicos podem alterar a condução fiscal visando melhorar a percepção pública de suas administrações, seja por meio de maior rigor no controle das contas ou da ampliação estratégica de investimentos. Por esse motivo, a inclusão dessa variável é relevante para investigar se tais padrões se reproduzem no contexto dos municípios potiguares.

### 3.2. BASE DE DADOS

A base de dados utilizada nesta análise empírica compreende 113 municípios potiguares entre 2013 e 2021 e foi delimitada de acordo com a disponibilidade das variáveis do modelo. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) foi retirado da página da FIRJAN. Os dados sobre PIB per capita estão disponibilizados na página do IBGE. Já a variável de despesa municipal, que é a razão entre a Despesa Paga e a Empenhada foi construída a partir de informações na base de dados FINBRA/SICONFI do Tesouro Nacional. A tabela a seguir mostra as principais estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na análise:

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das variáveis utilizadas na análise

Variável	Obs	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
IFGF	1,017	0.314366	0.1483302	0.008204	0.922517

POP	1,017	17295.01	37456	2084	300618
PIB	1,017	449243.1	1274296	8496.098	1.24E+07
PIBPC	1,017	21190.81	20019.32	610.2548	204142.9
VARORC	1,017	0.945008	0.047764	0.684838	1

Fonte: Elaboração Própria

A análise das estatísticas descritivas fornece um panorama inicial sobre o comportamento das variáveis utilizadas no modelo e revela importantes características dos municípios potiguares no período analisado. A variável dependente, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), apresenta uma média de aproximadamente 0,31, com um desvio padrão de 0,15. Esses valores indicam, em geral, uma situação fiscal desfavorável, já que o índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho fiscal. O valor mínimo encontrado, de apenas 0,008, demonstra que há municípios em situação crítica de gestão fiscal, enquanto o valor máximo de 0,92 mostra que alguns conseguiram atingir níveis elevados de eficiência, embora esses casos sejam exceções.

A variável população (POP) evidencia uma alta dispersão entre os municípios analisados. A média populacional é de aproximadamente 17 mil habitantes, mas o desvio padrão de mais de 37 mil e o valor máximo de mais de 300 mil habitantes revelam uma forte heterogeneidade. Isso sugere que o conjunto da amostra inclui desde pequenos municípios rurais até centros urbanos de maior porte, o que pode influenciar diretamente na capacidade de gestão e arrecadação. Essa disparidade populacional pode refletir diferentes estruturas administrativas, níveis de arrecadação própria e demandas por serviços públicos.

Em relação ao Produto Interno Bruto per capita (PIBPC), observa-se uma média de R\$ 21.190, com desvio padrão elevado (R\$ 20.019), e valores que variam de R\$ 610 a mais de R\$ 204 mil. Essa amplitude reforça a desigualdade econômica existente entre os municípios potiguares. Municípios com PIB per capita extremamente baixos enfrentam maiores limitações para realizar investimentos e manter equilíbrio orçamentário, o que pode comprometer seu desempenho fiscal. Por outro lado, os poucos municípios com alta renda per capita podem possuir melhores condições de sustentabilidade financeira, embora isso não garanta automaticamente uma gestão eficiente.

A variável que representa a razão entre despesas pagas e empenhadas (VARORC) apresenta média de 0,945, com desvio padrão baixo (0,047), o que indica certa homogeneidade entre os municípios nesse indicador. Ainda assim, há variações notáveis, com valores mínimos de 0,68 e máximos de 1, o que sugere que alguns municípios enfrentam dificuldades em transformar os compromissos assumidos (empenhos) em pagamentos efetivos. Essa variável

tem relevância direta para a análise da qualidade da execução orçamentária, pois um índice mais próximo de 1 sinaliza maior eficiência na conversão das previsões em realizações financeiras.

Essas estatísticas descritivas revelam um cenário fiscal marcado por grandes desigualdades entre os municípios do Rio Grande do Norte. As diferenças de porte populacional e capacidade econômica sugerem que as estratégias de gestão fiscal devem considerar as especificidades locais. Municípios menores e com baixa renda per capita, por exemplo, podem demandar políticas diferenciadas de apoio técnico e financeiro para alcançarem maior equilíbrio fiscal. Assim, o entendimento dessas características é fundamental para a correta interpretação dos resultados econométricos e para a proposição de políticas públicas mais eficazes.

Adicionalmente, é importante destacar que a escolha pelo modelo de efeitos fixos permitiu controlar características específicas dos municípios que permanecem constantes ao longo do tempo, como aspectos culturais, estrutura administrativa consolidada, e padrões históricos de arrecadação ou despesa. Esses fatores, embora não observáveis diretamente, podem influenciar significativamente o desempenho fiscal e, se ignorados, poderiam enviesar as estimativas. Ao isolar essas heterogeneidades não observadas, o modelo melhora a precisão das inferências estatísticas sobre os efeitos das variáveis explanatórias.

#### 4. RESULTADOS

A análise empírica, obtida a partir do modelo de efeitos fixos com dados em painel, revela importantes evidências sobre os determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares entre os anos de 2013 e 2021. A variável dependente do estudo é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), utilizado como proxy para a eficiência da gestão fiscal municipal. As variáveis explicativas foram: população residente (POP), PIB per capita (PIBPC), a razão entre despesas pagas e empenhadas (VARORC) e uma variável dummy para anos eleitorais (ANOE). A Tabela 2 resume os coeficientes estimados, seus respectivos valores-p e os erros-padrão robustos.

Tabela 2. Estimativas do Modelo de Regressão para o IFGF		
Variável Dependente: IFGF		
	Coeficiente	Valor p
Pop	11.38284*** (1.615872)	0
Pibpc	-0.4969246 (0.5171175)	0.339
Varorc	0.8903046*** (0.1485944)	0

Anoe	0.0138058* (0.0073246)	0.062
Constante	-0.7163824*** (0.1542084)	0
Observações	1,017	
Municípios	113	
Teste de Hausmann	24.88	
Valor p	0	
Teste F (F(4.112))	28.97	
R <sup>2</sup> within	0.1159	
R <sup>2</sup> between	0.0894	
R <sup>2</sup> overall	0.0499	

Fonte: Elaboração Própria.

Notas: 1) Erros-padrão robustos a heterocedasticidade e autocorrelação em parêntesis; 2) \*\*\* Denota significância à 2,5%; \*\* denota significância a 5%; denota significância a 10%.

A análise dos resultados empíricos, obtidos a partir do modelo de efeitos fixos com dados em painel, revela importantes evidências sobre os determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares entre os anos de 2013 e 2021. A variável dependente do estudo é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), utilizado como proxy para a eficiência da gestão fiscal municipal. As variáveis explicativas foram: população residente (POP), PIB per capita (PIBPC), a razão entre despesas pagas e empenhadas (VARORC) e uma variável dummy para anos eleitorais (ANOE). A Tabela 2 resume os coeficientes estimados, seus respectivos valores-p e os erros-padrão robustos.

Os resultados indicam que a variável população possui um coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1% (coef. = 11,38;  $p < 0,01$ ), sugerindo que municípios com maior número de habitantes tendem a apresentar melhor desempenho fiscal. Esse achado pode ser explicado pela maior capacidade de arrecadação tributária e pela existência de estruturas administrativas mais robustas em municípios mais populosos, fatores que contribuem diretamente para uma gestão fiscal mais eficiente. Além disso, é possível que esses municípios também se beneficiem de economias de escala na provisão de serviços públicos, reduzindo custos relativos e aumentando a eficiência do gasto.

A variável que representa a razão entre as despesas pagas e empenhadas (VARORC) também apresentou um efeito positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1% (coef. = 0,89;  $p < 0,01$ ). Isso demonstra que municípios que conseguem efetivamente transformar os empenhos em pagamentos tendem a alcançar melhores índices de gestão fiscal. Em outras palavras, quanto maior a capacidade de execução orçamentária dos entes municipais — isto é, a conversão do planejamento em desembolso real —, maior é a sua eficiência na alocação de

recursos públicos. Esse resultado corrobora a ideia de que a gestão fiscal está intimamente ligada à disciplina na execução orçamentária e ao controle de liquidez.

No que se refere à variável ano eleitoral (ANOE), os resultados apontam um coeficiente positivo (0,0138), com significância estatística marginal ao nível de 10% ( $p = 0,062$ ). Esse resultado sugere que, em anos de eleição, os municípios tendem a apresentar uma ligeira melhora em seus indicadores de gestão fiscal. Essa tendência pode estar relacionada ao aumento da responsabilidade fiscal por parte dos gestores públicos diante da maior vigilância institucional e da população durante o período eleitoral, ou ainda por estratégias voltadas à obtenção de maior aprovação política. Contudo, dado o baixo nível de significância estatística, essa relação deve ser interpretada com cautela e pode ser explorada com maior profundidade em estudos futuros.

Por outro lado, a variável PIB per capita (PIBPC) não apresentou significância estatística (coef. = -0,49;  $p = 0,339$ ), o que indica que o nível médio de renda dos municípios potiguares, por si só, não tem relação direta com a qualidade da gestão fiscal conforme mensurada pelo IFGF. Esse resultado pode ser reflexo da complexidade do contexto municipal, onde a capacidade de gestão não depende exclusivamente da renda disponível, mas também da qualidade administrativa, da gestão orçamentária e do planejamento de longo prazo. Municípios com maior PIB per capita podem não necessariamente traduzir esse potencial econômico em práticas eficientes de gestão fiscal, especialmente se enfrentarem problemas estruturais, como baixa capacidade técnica ou má governança.

Do ponto de vista da qualidade do ajuste do modelo, os testes econométricos apontam que o modelo estimado é estatisticamente significativo. O teste F ( $F(4,112) = 28,97$ ) rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes são simultaneamente nulos, com valor-p inferior a 0,01. O teste de Hausman, por sua vez, confirmou a adoção do modelo de efeitos fixos (valor-p = 0,00), indicando que essa especificação é mais adequada do que o modelo de efeitos aleatórios para os dados utilizados. Os coeficientes de determinação ( $R^2$ ) indicam que o modelo explica 11,59% da variação intraindividual do IFGF ( $R^2$  within), enquanto os valores de  $R^2$  between (8,94%) e  $R^2$  overall (4,99%) mostram que há considerável variação explicada entre os municípios ao longo do período analisado.

Embora os resultados do modelo indiquem que a população e a eficiência na execução orçamentária são os principais determinantes do desempenho fiscal municipal, é importante observar que o poder explicativo do modelo ainda é limitado. O  $R^2$  de 11,59% sugere que variáveis não incluídas no modelo, como capacidade institucional, grau de profissionalização

da gestão, e uso de tecnologias de controle fiscal, podem exercer influência relevante sobre o IFGF. Isso reforça a necessidade de considerar outras dimensões em análises futuras.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à significância marginal da variável ano eleitoral. Apesar de o efeito ser pequeno, sua presença sinaliza que a dinâmica política pode interferir no comportamento fiscal, ainda que de forma moderada. Esse achado pode estar vinculado ao esforço dos gestores em demonstrar responsabilidade fiscal nos anos em que estão sujeitos a maior escrutínio público e institucional. A partir disso, abre-se espaço para a hipótese de que o aumento da transparência e da fiscalização em períodos eleitorais pode atuar como um mecanismo de disciplina fiscal.

Por fim, a ausência de significância estatística do PIB per capita indica que o desempenho econômico local, por si só, não garante uma boa gestão fiscal. Isso sugere que municípios com maior renda nem sempre possuem melhor capacidade de planejamento ou execução orçamentária. Tal resultado reforça a importância da governança fiscal como dimensão distinta da capacidade econômica, chamando a atenção para a necessidade de políticas que fortaleçam a estrutura institucional dos municípios, especialmente em contextos de baixa renda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os determinantes da gestão fiscal dos municípios potiguares no período de 2013 a 2021, utilizando como variável dependente o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Por meio da aplicação de um modelo de regressão com dados em painel, foi possível identificar os efeitos de variáveis como população, PIB per capita, razão entre despesas pagas e empenhadas, e a ocorrência de ano eleitoral sobre o desempenho fiscal dos municípios analisados.

Os resultados apontaram que a população e a razão entre despesas pagas e empenhadas são determinantes estatisticamente significativos e positivamente associados à melhoria do IFGF. Isso demonstra que municípios mais populosos e com maior capacidade de execução orçamentária tendem a apresentar melhor desempenho fiscal. A significância dessas variáveis corrobora com estudos anteriores, como os de Ferreira et al. (2023) e Luz (2024), que destacam a importância da escala administrativa e da disciplina na execução orçamentária para o alcance da eficiência fiscal.

Por outro lado, o PIB per capita não apresentou significância estatística no modelo, sugerindo que o nível de renda municipal, isoladamente, não é suficiente para explicar a qualidade da gestão fiscal. Esse achado converge com os resultados de estudos como os de

Medeiros e Araújo (2017), que argumentam que o desempenho fiscal está mais relacionado à capacidade institucional do que propriamente à dimensão econômica do município. Dessa forma, mesmo municípios com baixo PIB per capita podem alcançar bons índices de gestão fiscal se contarem com estruturas de governança sólidas e práticas administrativas eficientes.

A variável indicativa de ano eleitoral apresentou significância marginal, indicando um possível efeito oportunista da gestão pública nesse período. Essa observação se alinha a trabalhos como os de Abreu, Mendes e Souza (2024), que apontam alterações no comportamento fiscal em anos eleitorais, embora a magnitude dos efeitos possa variar conforme o contexto político e institucional local. A relação entre ciclos eleitorais e comportamento fiscal sugere a necessidade de mecanismos de controle mais rígidos e maior fiscalização durante esses períodos, a fim de garantir a sustentabilidade das contas públicas.

As evidências empíricas obtidas nesta pesquisa oferecem contribuições relevantes para o debate sobre a eficiência fiscal dos municípios brasileiros, em especial no contexto do Rio Grande do Norte. A utilização do IFGF como proxy de desempenho fiscal mostrou-se eficaz para a identificação de padrões de gestão pública, além de reforçar a importância da institucionalização de práticas de transparência e controle na administração municipal.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a disponibilidade de dados para algumas variáveis que poderiam enriquecer a análise, como indicadores de qualidade dos serviços públicos, nível de endividamento e indicadores de governança institucional. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação do modelo com a inclusão de variáveis institucionais, bem como a aplicação de técnicas de análises mais robustas de eficiência, a fim de captar com maior profundidade as dinâmicas regionais que influenciam a gestão fiscal.

Por fim, os resultados apresentados podem subsidiar gestores públicos e formuladores de políticas na formulação de estratégias que visem o fortalecimento da capacidade fiscal dos municípios, especialmente aqueles de menor porte e com menor autonomia financeira. A promoção de ações voltadas à profissionalização da administração pública, à modernização dos sistemas de gestão e ao incentivo à arrecadação própria pode contribuir para a construção de um ambiente institucional mais eficiente e equilibrado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Carlos; SILVA, Renato Alves. **Responsabilidade fiscal e eficiência na gestão pública brasileira.** *Revista de Gestão Pública*, v. 24, n. 2, p. 45-62, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 dez. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2024.

COSTA, Elven José da. **Análises da gestão fiscal dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), a partir do Índice da FIRJAN**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

COSTA, Fernanda Santos; LIMA, Eduardo Augusto. **Inovação gerencial e eficiência na administração pública**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 1, p. 101-120, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FERREIRA, Cássia de Oliveira *et al.* Eficiência da Gestão Fiscal e Variação Orçamentária em municípios mineiros. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 62-78, 22 set. 2023. FUNDACE. <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v14i3.1077>.

FIRJAN. Índice Firjan de Gestão Fiscal 2023: edição baseada nos dados fiscais de 2022. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023. Disponível em: <https://www.firjan.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 04 jan. 2025.

JUNGES, Amália Heemann; CARLIN, Diego de Oliveira. **Eficiência na gestão fiscal dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com mais de cinquenta mil habitantes: uma Análise por Envoltória de Dados**. 2018. 29 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S.I.], 2018.

KARRUZ, Ana Paula; MORAES, André Machado. Gestão local e seu impacto no desempenho fiscal: análise dos municípios mineiros. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 92-139, 23 mar. 2020. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3777>.

LANIS, Gustavo Pereira; BUENO, Newton Paulo. Fatores que influenciam a eficiência da gestão orçamentária anual. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 21, p. 298-316, 26 jun. 2020. Universidade Salvador – UNIFACS. <http://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.5318>.

LUZ, Rogério Torres da. **Determinação dos Níveis de Eficiência dos Gastos Públicos nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**. 2024. 67 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Administração Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança pública e gestão eficiente: desafios para a administração pública brasileira.** *Revista Gestão e Políticas Públicas*, v. 6, n. 2, p. 12-29, 2012.

TEODÓSIO, Filipe Moisés Santos. **Petróleo e finanças públicas: uma análise do desempenho fiscal dos municípios produtores de petróleo no Rio Grande do Norte.** 2024. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.